

Partidos se unem para elaborar novo texto do anteprojeto da Constituição

BRASÍLIA — Na falta de quem defenda o anteprojeto compatibilizado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), quase todas as forças políticas da Constituinte já iniciaram entendimentos para criar uma nova linha do texto a partir de pontos onde haja consenso. A idéia é deixar de lado os 501 artigos feitos nas comissões e as milhares de emendas que irão surgir, para construir o novo projeto de Constituição a partir das conversas entre os parlamentares.

A primeira reunião supra-partidária para isso aconteceu ontem à noite no apartamento do Deputado Jaime Santana (PFL-MA), reunindo o chamado "grupo moderno" do PFL, com dois vice-líderes do PMDB na Constituinte, Euclides Scalco e Miro Teixeira.

— A intenção é fazer uma Constituição moderna e "progressista". Nós vamos discutir os pontos de con-

senso, os pontos onde todos podem ceder um pouco e os que são retrocesso e precisam ser melhorados — afirmou Santana.

Os parlamentares que se reuniram com o PMDB, depois de uma conversa, na terça-feira, entre Jaime Santana e Mário Covas, foram o Senador Guilherme Palmeira e os deputados Saulo Queiróz, Lúcio Ancântara, José Jorge e Alcení Guerra. Dentro de alguns dias, esse grupo pretende discutir pontos específicos do capítulo econômico com o Deputado José Serra (PMDB-SP).

— Este texto é de péssima qualidade. Nós não queremos uma Constituição de extrema esquerda nem de extrema direita. Então, a saída é uma grande negociação — argumentou Santana.

Outro grupo que tem se reunido constantemente, desde a fase das subcomissões, é o liderado pelo pri-

mo do Presidente Sarney, Albérico Filho (PMDB-MA). Ele, Jutahy Jr., Genebaldo Correia e Henrique Alves acham que o atual texto teve péssima repercussão na sociedade. E querem negociar já um novo.

Albérico Filho tem conversado com o Presidente Sarney sobre isso e dele também ouviu críticas ao texto compatibilizado. O grupo está se baseando na Constituição de 1946, adaptando-a ao Brasil de hoje. Albérico Filho disse que apresentou a idéia ao Presidente Sarney e recebeu dele a seguinte manifestação:

— É um bom parâmetro.

No início da semana, o Líder do "Centro Democrático", Expedito Machado (PMDB-CE), anunciou que está conversando muito sobre o texto, com todos.

A espontaneidade para o entendimento que Expedito diz encontrar na

Constituinte é confirmada pelos partidos de "esquerda". O PT e o PCB também acham que o caminho é o entendimento em torno de um novo texto.

— O problema foi não ter um texto inicial. Houve excesso de democracia. Acho que falta uma espinha dorsal, mas eu ainda não sei como vou propor isto — revela Roberto Freire (PCB-PE).

— Temos que estabelecer a concórdia sem escamotear o conflito — receita Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Ele defende uma ampla e aberta negociação entre os grupos políticos que estão próximos.

O grupo de "esquerda" do PMDB também foi convocado para as conversas. Ontem à tarde, Jaime Santana chamou Haroldo Sabóia (PMDB-MA), seu adversário político em São Luís, e teve como resposta que há disposição para o diálogo.

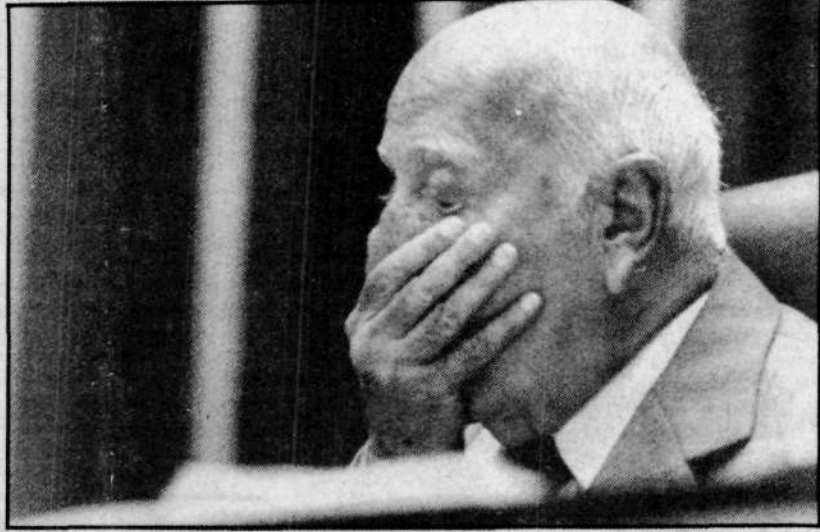
Ulysses e Cabral acham normal que Presidente dê suas sugestões

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — A ingerência do Governo na Assembléia Constituinte é um fato natural, como também é normal que o Presidente Sarney tenha opiniões, sugestões e críticas a fazer sobre o anteprojeto de Constituição apresentado. Essas considerações foram feitas ontem pelo Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, e pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que ressaltaram, no entanto, sua disposição de não permitir emendas de mérito, do interesse do Governo, antes que o anteprojeto seja submetido ao Plenário.

Ulysses Guimarães disse que todas as críticas e sugestões são válidas, inclusive as do Governo, mas defendeu a obediência ao Regimento da Constituinte que não admite, nesta etapa, emendas que alterem o conteúdo do anteprojeto. Ulysses preocupou-se também em defender Bernardo Cabral, "que vem sendo injustamente acusado pelas falhas do anteprojeto, mas limitou-se a fazer o que deveria ser feito por qualquer relator, ou seja, compatibilizar os dispositivos aprovados nas comissões temáticas".

Existem, na verdade, segundo Ulysses, oito ou nove pontos polêmicos sobre os quais se deve buscar consenso, quando o anteprojeto for para a decisão do Plenário. Na opinião do Presidente da Constituinte, é natural o movimento do grupo de parlamentares "moderados" que se articulam com o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, para tentar fazer



Ulysses diz que Sarney deve opinar sobre a Carta, como qualquer cidadão

as modificações de interesse do Presidente Sarney.

Em resposta às críticas e preocupações transmitidas pelo Porta-Voz da Presidência da República, Frota Netto, a respeito do anteprojeto, o relator Bernardo Cabral disse que "se o Governo não gostou, então está empatado". Ciente de que o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, está preparando uma série de emendas visando especialmente mudar o sistema de Governo aprovado para presidencialista, Cabral ressaltou que, no seu entendimento, essas emendas de mérito só podem ser apreciadas depois que o anteprojeto passar pelo Plenário.

Nessa questão, aliás, Bernardo Ca-

bral e Ulysses Guimarães estão divergindo em um ponto: o primeiro não queria que fossem permitidas emendas de mérito ao relatório da Comissão de Família, Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia e Comunicações. Neste capítulo, como a comissão não conseguiu aprovar o relatório, coube a Bernardo Cabral elaborar um substitutivo, ao qual Ulysses Guimarães permitiu alterações de conteúdo por causa de sua situação peculiar em relação aos demais relatórios das sete comissões restantes que foram votados.

Mas, na opinião de Cabral, se for aberto o precedente de alterações de mérito nesta comissão, o procedimento deve se aplicar às demais.

Emendas de Saulo provocam reações antagônicas

BRASÍLIA — A notícia de que o Governo está elaborando através do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, um conjunto de emendas ao anteprojeto apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, gerou protestos da parte dos setores "progressistas", simpatia dos "moderados" e compreensão do Líder do PMDB, Senador Mário Covas.

— Não acho que vai haver interferência do Governo na Constituinte. Não podemos eximir o Presidente da República do direito, e até mesmo do dever de opinar. Ele tem tanto direito quanto qualquer outro cidadão — disse Covas.

Além de não caracterizar a in-

fluência governamental direta no processo constituinte como "interferência", Mário Covas elogiou a pessoa do Consultor-Geral, a cargo de quem está a elaboração de um novo projeto de Constituição. Considerou natural que, por ser "muito respeitado pela sua cultura jurídica" Saulo Ramos apresentasse sugestões aos amigos que tem no Congresso.

— Eu mesmo sou um de seus amigos, frisou.

O Líder do PFL, Deputado José Lourenço, impôs condições: que as sugestões do Presidente para a nova Constituição transitem pela Assembléia via lideranças dos partidos da Aliança Democrática. José Lourenço, como seu Vice-Líder, Deputado

Inocêncio de Oliveira (PE), considera inadmissível o encaminhamento direto de emendas do Governo à Comissão ou a parlamentares, isoladamente.

Os líderes do PCB, Roberto Freire, do PC do B, Haroldo Lima, e o Vice-Líder do PT, Plínio de Arruda Sampaio, denunciaram uma tentativa de "marginalização do processo constituinte e ameaça à soberania da Assembléia". O Senador Affonso Camargo (PMDB-PR), alinhado com as posições "progressistas", também criticou a iniciativa governamental e considerou um "erro" o fato de o relator Bernardo Cabral ter levado pessoalmente o seu anteprojeto ao Presidente José Sarney.

Sabóia é contra proposta que vai anistiar militar

BRASÍLIA — O Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, disse que a anistia aos militares incluída no anteprojeto de Constituição "ameaça ferir a hierarquia e a disciplina, os dois pilares básicos da Marinha de Guerra" e anunciou que os Comandantes Militares pretendem alertar os Constituintes para que eles percebam que "essas medidas atingirão de maneira muito forte as instituições militares".

Henrique Sabóia falou da sua preocupação com o projeto de anistia em entrevista à TV Manchete. Ele classificou a proposta como "uma tremenda injustiça para com as pessoas que ficaram no serviço ativo" e disse que como Comandante da Marinha é sua "obrigação chamar a atenção dos Constituintes para as consequências desta anistia".

— Não posso ficar quieto e tranquilo quando uma proposta que está em andamento ameaça ferir estes pilares — disse o Ministro, referindo-se aos princípios da hierarquia e da disciplina. De acordo com o anteprojeto, todos os militares expulsos poderão retornar ao serviço ativo com remuneração e patente equivalentes à que ocupariam hoje caso continuassem na carreira militar.

Isto, na opinião do Ministro, acaba com o processo de seletividade profissional das Forças Armadas. "Em todas as etapas de vida militar existe um processo seletivo. Esta anistia é uma injustiça para os que se sujeitaram a este processo seletivo", afirmou Henrique Sabóia.

Depois de revelar que são estes aspectos da anistia que preocupam os militares, o Ministro Sabóia procurou esclarecer que o alerta aos Constituintes "não é pressão, é um dever" e tem a finalidade de esclarecer o que os levam a ficarem contra esta proposta de anistia.

Rattes quer a bancada do Rio unida para Convenção

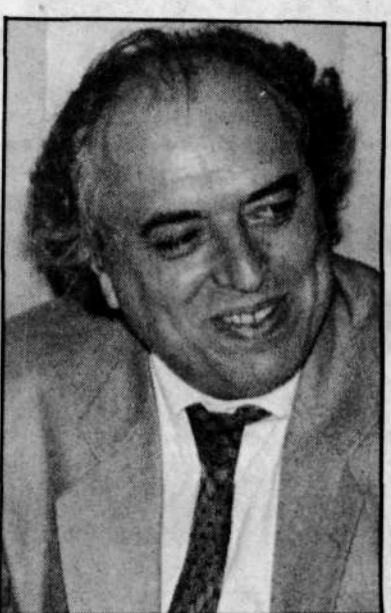
O Prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes, começou a trabalhar intensamente, esta semana, entre os 13 deputados federais e os 28 delegados do Estado à Convenção Nacional do PMDB, com o objetivo de definir uma posição unitária sobre três pontos: a duração do mandato do Presidente Sarney, o sistema de Governo e o programa partidário. Rattes já conversou com dez delegados que, em princípio, concordaram com a tese de que a seção fluminense vá à Convenção, nos dias 18 e 19, levando posições consensuais.

Ao contrário do Governador Moreira Franco, de quem foi um dos principais assessores, que condicionou o apoio ao Governo Federal ao êxito do programa econômico, Paulo Rattes tenta formar um bloco de apoio à proposta de mandato presidencial de quatro anos com direito à reeleição. O Prefeito, na condição de delegado, defende também a manutenção do presidencialismo, mas com o fortalecimento do Congresso Nacional.

Entre delegados e deputados, Rattes já teria conseguido o apoio de 15 convencionais. Ele não acredita, no entanto, que sua posição colida frontalmente com a de Moreira Franco. Acha que o Governador, ao condicionar o apoio ao sucesso do Plano Bresser, mostra-se flexível e não assume abertamente a defesa de uma tese antagônica aos quatro anos.

— Acho que todo governante, a cada quatro anos, deve se submeter ao crivo popular para ter seu mandato referendado. Ademais, defendo a coincidência das eleições à Presidência e ao Congresso para que haja harmonia entre os dois poderes — justifica Rattes.

Nos últimos dias, ele conversou com os ex-Deputados Ario Teodoro,



Paulo Rattes articula intensamente

Fernando Leandro, Joel Vivas e Carlos Alberto Rodrigues e com o Prefeito de Três Rios, Samir Nasser — todos delegados à Convenção Nacional. Ainda esta semana, pretende estender a discussão aos membros da bancada federal, onde, a princípio, teria o apoio de Ana Maria Rattes, sua esposa, e do Deputado Paulo Ramos.

No fim de semana, Rattes vai a Brasília, participar da pré-convenção, na qual pretende expor sua proposta. Ao defender os quatro anos, o Prefeito de Petrópolis vai fazê-lo de modo a não entrar em choque com a posição dos Governadores, pois considera que o confronto entre as facções internas do PMDB não interessa ao partido e, como resultado, poderá no máximo tirar-lhe a força necessária para promoção de mudanças sociais.

'Moderados' já têm plano para ajudar Governo

BRASÍLIA — O grupo "moderado" do PMDB, liderado pelo Deputado Carlos Sant'Anna, já começou a montar o esquema para dar seguimento à estratégia do Governo de alterar o conteúdo do anteprojeto da Comissão de Sistematização. Nos próximos dias, Sant'Anna e os "moderados" devem apresentar à comissão uma série de emendas, a partir dos textos em elaboração no Palácio do Planalto, aos cuidados do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos.

Nesse trabalho, Carlos Sant'Anna vai contar com a colaboração dos deputados Prisco Viana (PMDB-BA) e Marcos Lima (PMDB-MG). No capítulo que trata do sistema de Governo, os "moderados" esperam garantir ao Presidente da República a chefia do Governo e o comando das Forças Armadas. Pretendem, também, alterar a proposta de anistia, rever a estabilidade no emprego, a reforma agrária e o Fundo Nacional de Seguridade Social.

O grupo ligado a Carlos Sant'Anna apresentará emendas isoladas e em forma de substitutivos.

— Se não conseguirmos a aprovação do conjunto de emendas, tentaremos aprovar uma a uma, afirmou o Líder.

Segundo ele, as emendas alteram o conteúdo do anteprojeto montado por Cabral. Indagado sobre a proibição, pelo regimento da Comissão de Sistematização, para se apresentar emendas de mérito ao anteprojeto, Sant'Anna respondeu:

— E desde quando esse regimento foi importante? Ele foi furado todas as vezes.

Para Sant'Anna, a Constituinte é soberana, não o regimento.

— A Constituinte se auto-limitou porque quis. Mas como ela é soberana, pode mudar. Isso, porém, tem que ser feito pela maioria — afirmou.

O Líder do Governo defendeu a necessidade de um entendimento suprapartidário em torno de todos os pontos da futura Constituição. Ele disse que se isso for obtido, o relator da Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, poderá fazer seu novo relatório com um texto mais conexo, com mais linguagem de Constituição.

— Se isso não acontecer, temo que Cabral encaminhe esse anteprojeto ligeiramente melhorado. É necessário que os líderes do PMDB trabalhem muito na busca de um entendimento — concluiu.